Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 5

Demonstração do Resultado Abrangente 6

Demonstração do Fluxo de Caixa 7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018 8

Demonstração do Valor Adicionado 9

Comentário do Desempenho 10

Notas Explicativas 12

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 22

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 23

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 24

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	854.408.805
Preferenciais	0
Total	854.408.805
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Previsto no Estatuto da Empresa	31/12/2017	Dividendo		Ordinária		17,79890

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	2.286.689	2.203.907
1.01	Ativo Circulante	258.391	191.749
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	84.811	962
1.01.03	Contas a Receber	15.581	3.443
1.01.03.01	Clientes	15.581	3.443
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	157.999	187.344
1.01.08.03	Outros	157.999	187.344
1.01.08.03.01	Ativo financeiro de concessão	157.979	187.344
1.01.08.03.02	Outros ativos circulantes	20	0
1.02	Ativo Não Circulante	2.028.298	2.012.158
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.415.888	1.395.366
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.415.888	1.395.366
1.02.01.09.03	Ativo financeiro de concessão	1.415.888	1.395.366
1.02.03	Imobilizado	678	0
1.02.04	Intangível	611.732	616.792
1.02.04.01	Intangíveis	611.732	616.792

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	2.286.689	2.203.907
2.01	Passivo Circulante	1.371.660	1.330.798
2.01.02	Fornecedores	6.351	176
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	6.351	176
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.269	1.212
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.269	1.212
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.269	1.212
2.01.05	Outras Obrigações	1.361.040	1.329.410
2.01.05.02	Outros	1.361.040	1.329.410
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	1.780	1.780
2.01.05.02.04	Notas promissórias	1.348.888	1.326.232
2.01.05.02.05	Outras obrigações fiscais e regulatórias	3.833	1.386
2.01.05.02.06	Receita diferida	5.972	0
2.01.05.02.07	Outros passivos circulantes	567	12
2.02	Passivo Não Circulante	15.188	2.750
2.02.02	Outras Obrigações	7.842	7
2.02.02.02	Outros	7.842	7
2.02.02.02.03	Outros passivos não circulantes	7.842	7
2.02.03	Tributos Diferidos	7.346	2.743
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.346	2.743
2.03	Patrimônio Líquido	899.841	870.359
2.03.01	Capital Social Realizado	854.409	10
2.03.02	Reservas de Capital	0	854.309
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	854.309
2.03.04	Reservas de Lucros	16.040	16.040
2.03.04.01	Reserva Legal	20	20
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	16.020	16.020
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	29.392	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	87.214	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-20.408	0
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-4.801	0
3.02.02	Amortização do intangível	-5.060	0
3.02.03	Material e serviços de terceiros	-3.562	0
3.02.04	Encargos de uso da rede elétrica	-2.608	0
3.02.05	Royalties	-1.589	0
3.02.06	Outros custos operacionais	-2.788	0
3.03	Resultado Bruto	66.806	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-218	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-218	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	66.588	0
3.06	Resultado Financeiro	-22.058	0
3.06.01	Receitas Financeiras	636	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-22.694	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	44.530	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-15.138	0
3.08.01	Corrente	-10.535	0
3.08.02	Diferido	-4.603	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	29.392	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	29.392	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,03440	0,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,03440	0,00000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	29.392	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	29.392	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	84.437	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	21.922	0
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos sobre o lucro	44.530	0
6.01.01.02	Remuneração e variação monetária do ativo financeiro de concessão	-50.311	0
6.01.01.03	Amortização do intangível	5.060	0
6.01.01.04	Juros de notas promissórias	22.656	0
6.01.01.05	Outros	-13	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	62.515	0
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-12.125	0
6.01.02.02	Ativo financeiro de concessão	59.154	0
6.01.02.03	Fornecedores	6.175	0
6.01.02.04	Outras obrigações fiscais e regulatórias	2.381	0
6.01.02.05	Adiantamentos de clientes	5.972	0
6.01.02.06	Outros passivos	1.063	0
6.01.02.07	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-105	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-678	0
6.02.01	Aplicação no imobilizado	-678	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	90	0
6.03.01	Integralização de capital	90	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	83.849	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	962	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	84.811	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	10	854.309	16.040	0	0	870.359
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	10	854.309	16.040	0	0	870.359
5.04	Transações de Capital com os Sócios	854.399	-854.309	0	0	0	90
5.04.08	Integralização e aumento de capital	854.399	-854.309	0	0	0	90
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	29.392	0	29.392
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	29.392	0	29.392
5.07	Saldos Finais	854.409	0	16.040	29.392	0	899.841

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	90.001	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	90.001	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-12.943	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-6.273	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.777	0
7.02.04	Outros	-2.893	0
7.02.04.01	Encargos de uso da rede elétrica	-2.608	0
7.02.04.02	Outros	-285	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	77.058	0
7.04	Retenções	-5.060	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.060	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	71.998	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	636	0
7.06.02	Receitas Financeiras	636	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	72.634	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	72.634	0
7.08.01	Pessoal	690	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	565	0
7.08.01.02	Benefícios	81	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	44	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	17.105	0
7.08.02.01	Federais	17.105	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	22.701	0
7.08.03.01	Juros	22.656	0
7.08.03.02	Aluguéis	7	0
7.08.03.03	Outras	38	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	29.392	0
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	29.392	0
7.08.05	Outros	2.746	0
7.08.05.01	Encargos setoriais	2.746	0

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Operacional Líquida

No 1T18, a receita operacional líquida apresentada pela Companhia foi de R$ 87.214 mil, composta, substancialmente, por:

a) Remuneração sobre o ativo financeiro de concessão

A Companhia auferiu receita operacional resultante da remuneração do ativo financeiro no valor de R$ 50.311 mil. Esse ativo financeiro corresponde ao valor presente do montante pago pela outorga da concessão, o qual está sendo realizado através do Retorno da Bonificação de Outorga (RBO).

b) Suprimento de energia elétrica

A Companhia reconheceu a receita líquida de R$ 30.465 mil decorrente do contrato de venda de energia com a sua controladora, ENGIE Brasil Energia, no qual vende a totalidade de sua garantia física destinada ao Ambiente de Contratação Livre (ACL). O preço estabelecido contratualmente é de R$ 130/MWh, reajustado anualmente pelo IPCA. Contudo, o contrato de venda possui um mecanismo de ajuste de preço para mitigação de risco, que prevê que a compradora, ou seja, a controladora, assumirá os impactos decorrentes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o qual inclui a sazonalização da garantia física para fis de alocação de energia e o Fator de Ajuste de Garantia Física (Energia Secundária ou GSF). Desta forma, no 1T18, a Companhia auferiu receita adicional de venda para a EBE, no montante de R$ 4.990 mil, líquido dos tributos sobre a receita, para compensar os custos adicionais de compra de energia em montante equivalente aos efeitos negativos que a Companhia teria na CCEE caso não tivesse realizado tal compra.

c) Receita de operação e manutenção

Para a parcela de energia destinada ao Ambiente de Contratação Regulada, a Companhia aufere receita para a Gestão dos Ativos de Geração, denominada GAG O&M, para cobertura dos custos com operação e manutenção durante o prazo de concessão. O valor da GAG O&M reconhecida no 1T18 foi de R$ 6.438 mil.

Custos da venda de energia

Os custos da venda de energia no trimestre em análise foram de R$ 20.408 mil, dos quais:

a) Energia elétrica comprada para revenda: a Companhia comprou energia de sua controladora, por meio de um contrato bilateral de curto prazo, no montante de R$ 4.801 mil, no 1T18. Este contrato teve por finalidade mitigar os efeitos negativos que a Companhia teria na CCEE caso não realizasse tal compra.

b) Amortização do intangível: no 1T18, a Companhia reconheceu o montante de R$ 5.060 mil de amortização da parcela de bonificação pela outorga de concessão alocada no intangível.

c) Material e serviços de terceiros: o valor de R$ 3.562 mil refere-se, principalmente, ao reconhecimento dos custos de operação e manutenção no 1T18 da Usina.

d) Encargos de uso da rede elétrica e *royalties*: referem-se aos encargos de uso do sistema de distribuição e aos *royalties* relativos aos 30% da garantia física destinada ao ACL incorridos no 1T18, no montante de R$ 2.608 mil e R$ 1.589 mil, respectivamente. A parcela destes custos referente a garantia física destinada ao ACR é reembolsada por meio da RAG, não afetando o custo da Companhia.

Ebitda e Margem Ebitda

Refletindo os efeitos mencionados anteriormente, o Ebitda no 1T18 foi de R$ 71.648 mil e a margem Ebitda foi de 82,3%.

Com a finalidade de possibilitar a reconciliação do lucro líquido com o Ebitda, apresentamos a tabela abaixo:

(Em R$ mil)	31.03.2018
Lucro líquido do período	29.392
(+) Imposto de renda e contribuição social	15.138
(+) Resultado financeiro	22.058
(+) Amortização do intangível	5.060
	71.648

Resultado financeiro

As receitas financeiras no 1T18 atingiram o montante de R$ 636 mil, correspondente, principalmente, a renda de aplicações financeiras. Já as despesas financeiras no mesmo período foram de R$ 22.694 mil, impactadas, principalmente, pelos juros sobre as notas promissórias, os quais totalizaram R$ 22.656 mil.

Imposto de renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

As despesas com IR e CSLL, no 1T18, foram de R$ 15.138 mil e a taxa efetiva foi de 34,0%.

Lucro líquido

O lucro líquido do 1T18 alcançou R$ 29.392 mil, resultado da combinação dos itens apresentados anteriormente.

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA

CNPJ N° 28.925.264/0001-75 | NIRE N° 42 3 0004594-2

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31.03.2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Jaguara ("Companhia" ou "Jaguara") é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, e sociedade anônima, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e a atividade operacional da Companhia é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia foi constituída em 09.10.2017, tendo início das atividades em 19.10.2017, com o objetivo de operar a Usina Hidrelétrica Jaguara ("UHE Jaguara" ou "Usina"), localizada no município de Rifaina, estado de São Paulo, estando sob o controle acionário da ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "EBE"), a qual é controlada pela ENGIE Brasil Participações Ltda., ambas situadas no Brasil. O controle acionário da ENGIE Brasil Participações Ltda. é detido pela International Power S.A., cuja sede está na Bélgica. Essa, por sua vez, é controlada pela International Power Ltd., empresa sediada no Reino Unido, integrante do grupo econômico ENGIE, sediado na França.

A Usina entrou em operação em 1971 e possui capacidade instalada de 424,0 MW e 341,0 MW médios de garantia física.

O Contrato de Concessão foi assinado em 10.11.2017, com prazo de 30 anos, contados a partir de 29.12.2017. Exclusivamente para a parcela de 70% da garantia física destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, a Companhia é remunerada por meio da Receita Anual de Geração – RAG, a qual é composta da parcela associada ao Custo de Gestão dos Ativos de Geração – GAG, da parcela de Retorno da Bonificação pela Outorga – RBO, da parcela associada à GAG decorrente de ampliações, dos encargos de conexão, dos encargos de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, da parcela de ajuste pela indisponibilidade e de outros encargos.

Em 27.11.2017, a Companhia emitiu notas promissórias, com vencimento em novembro de 2018, para o financiamento do pagamento da bonificação pela outorga, realizado em 30.11.2017. Com isto, em 31.03.2018, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo, no montante de R$ 1.113.269, o qual deverá tornar-se positivo com o refinanciamento da dívida de curto prazo. Ademais, a Companhia conta com todo o suporte necessário da sua controladora ENGIE Brasil Energia na gestão de sua liquidez.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As Informações Trimestrais (ITR) foram elaboradas em conformidade, simultaneamente, com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting* e com o Pronunciamento Contábil CPC 21 – Demonstração Intermediária.

As ITRs foram elaboradas com base na continuidade operacional e considerando o custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Na elaboração das ITRs é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas.

O conteúdo e valores de determinadas notas explicativas apresentadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2017 que não necessitaram de atualizações significativas, não foram repetidos nas notas selecionadas para as ITR de 31.03.2018. Essas ITRs, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis de 31.12.2017.

As práticas contábeis e os métodos de cálculo adotados na elaboração das ITRs de 31.03.2018, bem como os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis, foram os mesmos praticados na preparação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2017.

a) Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 01.01.2018

a.1) CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS 15)

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se, e quando, uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada, e substitui, a partir de 01.01.2018, as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 – Receitas (IAS 18), o CPC 17 – Contratos de construção (IAS 11) e o CPC 30 Interpretação A – Programas de fidelidade com o cliente (IFRIC 13).

A adoção da referida norma não resultou em impactos nas demonstrações contábeis de 2017 e nas ITRs de 31.03.2018.

a.2) CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9)

O CPC 48 substitui, a partir de 01.01.2018, o CPC 38 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (IAS 39). A nova norma estabelece novas exigências para a classificação, a mensuração, o *impairment*, a contabilidade de *hedge* e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros.

- Classificação – Ativos financeiros

A nova norma traz uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A norma elimina as categorias existentes no CPC 38. Conforme demonstrado na Nota 8 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros, a Companhia passou a apresentar os ativos financeiros de acordo com as categorias acima mencionadas.

- Redução ao valor recuperável (*Impairment*) – Ativos financeiros

O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exige que a Companhia exerça um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

Esse novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, quais sejam:

(i) Caixa e depósitos bancários à vista: são detidos com instituições financeiras de primeira linha. Baseada nas avaliações de crédito externas das contrapartes, a Companhia considera que esses ativos têm baixo risco de crédito.

(ii) Contas a receber de clientes: são compostos de montantes a receber da controladora da Companhia, EBE, de distribuidoras e de transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. A Companhia considera que essas contrapartes têm baixo risco de crédito.

(iii) Ativo financeiro de concessão: esse ativo corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros que serão auferidos para recuperação da bonificação paga pela outorga, os quais têm garantia incondicional de recebimento sem riscos de mercado.

A adoção desse pronunciamento não gerou impactos nos *impairments* dos ativos financeiros da Companhia.

- Classificação – Passivos financeiros

O CPC 48 retém grande parte dos requerimentos do CPC 38 para a classificação de passivos financeiros, exceto quanto ao tratamento do valor justo de passivos designados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Desta forma, sua aplicação não resultou em efeitos na classificação dos passivos da Companhia.

- Contabilidade de *hedge*

O CPC 48 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Companhia e que seja aplicada uma abordagem qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. A Companhia não apresenta operações de *hedge* em 31.12.2017 e 31.03.2018.

a) Aprovação das ITRs

As ITRs ora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 15.05.2018.

b) Período comparativo

A Companhia foi constituída em 09.10.2017 e suas atividades tiveram início em 19.10.2017, motivo pelo qual não apresenta período comparativo nos quadros "Demonstração do Resultado", "Demonstração do Resultado Abrangente", "Demonstração do Fluxo de Caixa", "Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido" e "Demonstração do Valor Adicionado".

NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.03.2018	31.12.2017
Caixa e depósitos bancários à vista	**1.040**	**49**
Aplicações financeiras		
Fundo de Investimento Exclusivo		
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	83.771	913
	84.811	**962**

As aplicações financeiras da Companhia são mantidas para o pagamento dos compromissos de caixa de curto prazo e estão estruturadas, substancialmente, na concentração dos recursos no Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa (FIE), o qual pode ter suas cotas resgatadas a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos.

As operações compromissadas realizadas no âmbito do FIE são transações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador, possuindo liquidez imediata, remuneração baseada na Selic e lastro em títulos públicos federais.

NOTA 4 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.03.2018	31.12.2017
ENGIE Brasil Energia	11.148	-
Distribuidoras – Cotas	4.433	2.004
Transações realizadas na CCEE	-	1.439
	15.581	**3.443**

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 45 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda. A Companhia não apresenta saldos vencidos em 31.03.2018.

NOTA 5 – ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO

Em 27.09.2017, a Aneel realizou o Leilão de Concessões não Prorrogadas, no qual foi arrematado o lote referente a concessão da UHE Jaguara e consequente alocação em cotas de sua garantia física de energia e de potência.

A capacidade instalada da Usina será destinada na proporção de 70% ao ACR no Sistema de Cota de Garantia Física e 30% ao Ambiente de Contratação Livre (ACL). A parcela destinada ao ACR é garantida pelo Poder Concedente e não possui risco de demanda, de mercado e hidrológico.

A bonificação pela outorga por 30 anos foi de R$ 2.171.000 e o pagamento se deu em parcela única em 30.11.2017.

A Companhia procedeu o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros da energia a ser liquidada no ACR, com base na taxa de desconto que na avaliação da Companhia melhor representa a expectativa de retorno desta parcela do investimento. O montante apurado compreende um direito incondicional da Companhia de receber caixa, durante o período de concessão e, por isto, foi classificado como ativo financeiro.

A movimentação do ativo financeiro é como segue:

	UHE Jaguara
Saldo em 01.01.2018	**1.582.710**
Recebimentos	(59.154)
Juros	38.191
Variação monetária	12.120
Saldo em 31.03.2018	**1.573.867**
Classificação no balanço patrimonial	
Ativo circulante	157.979
Ativo não circulante	1.415.888
	1.573.867

a) Perfil de realização do ativo financeiro de concessão apresentado no ativo não circulante

	Total
Abril a dezembro de 2019	120.297
2020	131.669
2021	119.111
2022	107.753
2023	97.478
2024 a 2028	364.360
2029 em diante	475.220
	1.415.888

NOTA 6 – INTANGÍVEL

		31.03.2018			31.12.2017
	Período de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Total
Bonificação pela outorga	Até 2047	620.327	(8.595)	**611.732**	**616.792**

A diferença entre o valor pago de bonificação pela outorga e o montante registrado como ativo financeiro de concessão, conforme mencionado na Nota 5 – Ativo financeiro de concessão, representa o direito de uso da infraestrutura da Usina registrado no intangível. Esse montante está sendo amortizado linearmente pelo prazo de concessão da Usina.

NOTA 7 – NOTAS PROMISSÓRIAS

Em 27.11.2017, a Companhia realizou a 1ª emissão de notas promissórias, na qual foram emitidas 264 notas promissórias, série única, para distribuição pública com esforços restritos, com valor nominal de R$ 5.000, perfazendo o montante total de R$ 1.320.000, totalizando R$ 1.317.559, líquido dos custos de captação. Os recursos obtidos destinaram-se ao pagamento da bonificação pela outorga, nos termos do Leilão n° 01/2017.

As notas promissórias são garantidas por aval prestado pela controladora ENGIE Brasil Energia, compreendendo todas as obrigações principais e acessórias assumidas. Não há cláusula de compromissos contratuais (*covenants*).

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 11.05.2018, aprovou a realização de oferta pública de distribuição de debêntures com o objetivo de refinanciar essas notas promissórias. Mais informações a respeito desta emissão vide Nota 14 – Eventos subsequentes.

a) Mutação das notas promissórias

	Circulante
Saldo em 01.01.2018	**1.326.232**
Juros no resultado	22.656
Saldo em 31.03.2018	**1.348.888**

b) Principais condições contratadas

	Quantidade	Remuneração	Condições de pagamento – Principal e juros
1ª Emissão – série única	264	104,9% a.a. sobre Δ Taxa DI	11.2018

NOTA 8 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos de seus negócios, a Companhia segue integralmente as regras do Comitê de Gerenciamento de Riscos de sua controladora, ENGIE Brasil Energia, ao qual cabe: (i) promover internamente a conscientização para o tratamento do risco; (ii) definir metas e diretrizes para o seu gerenciamento; (iii) promover e sugerir melhorias nos processos de sua avaliação; e (iv) classificar e definir os procedimentos de seu controle.

Em 2018, não houve qualquer mudança nos riscos aos quais a Companhia está exposta ou na sua administração e mensuração, quando comparados aos apresentados na Nota 8 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros das demonstrações contábeis de 31.12.2017.

a) Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

	31.03.2018	31.12.2017
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	83.771	913
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	1.040	49
Contas a receber de clientes	15.581	3.443
Ativo financeiro de concessão	1.573.867	1.582.710
	1.674.259	**1.587.115**
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	6.351	176
Dividendos	1.780	1.780
Notas promissórias	1.348.888	1.326.232
	1.357.019	**1.328.188**

As aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1). Não houve transferência entre o Nível 1 e 2. Adicionalmente, todos os ativos e os passivos divulgados acima se aproximam do seu valor justo.

NOTA 9 – RECEITA DIFERIDA

Conforme mencionado na Nota 1 – Contexto operacional, para a parcela destinada ao ACR, a Companhia é remunerada por meio da RAG, a qual é composta, dentre outros itens, da parcela associada ao Custo de Gestão dos Ativos de Geração – GAG decorrente de ampliações e melhorias na Usina. Esta parcela está sendo reconhecida, no momento de seu recebimento, na rubrica de receita diferida e será transferida para a receita na proporção da realização dos investimentos previstos. Em 31.03.2018, a Companhia havia recebido o montante de R$ 5.972, que serão reconhecidos na receita na medida em que as ampliações e melhorias na Usina forem sendo realizadas pela Companhia.

NOTA 10 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram apurados considerando-se as diferenças geradas entre o tratamento contábil e fiscal do registro da bonificação pela outorga, o qual para fins fiscais é integralmente reconhecido como intangível.

a) Composição

	31.03.2018				31.12.2017
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total
Passivo:					
Remuneração e variação monetária do ativo financeiro	82.348	20.587	7.411	27.998	10.892
Amortização da parcela alocada em ativo financeiro	21.486	5.372	1.934	7.306	2.890
		25.959	**9.345**	**35.304**	**13.782**
Ativo:					
Receita ACR (RBO e GAG melhorias)	82.229	20.557	7.401	27.958	11.039
		20.557	**7.401**	**27.958**	**11.039**
Valor líquido		**5.402**	**1.944**	**7.346**	**2.743**

NOTA 11 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social subscrito e integralizado

Em 09.01.2017, ocorreu a integralização do capital social, no montante de R$ 90. Adicionalmente, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10.01.2018, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital social da Companhia com o adiantamento para futuro aumento de capital, no montante de R$ 854.309, passando de R$ 100 para R$ 854.409, com a emissão de 854.308.805 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal

Assim, o capital social da Companhia passa a ser constituído por 854.408.805 ações, das quais 854.408.795 pertencem à ENGIE Brasil Energia e 10 são de propriedade da ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda.

NOTA 12 – CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em atendimento às exigências do CPC 47 – Receita de contrato com cliente, apresenta-se na tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida:

	31.03.2018
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	
Suprimento de energia elétrica	32.799
Receita GAG – operação e manutenção	7.021
	39.820
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	
PIS[1] e Cofins[2]	(1.776)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.141)
	(2.917)
REMUNERAÇÃO E VARIAÇÃO MONETÁRIA DO ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO	**50.311**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**87.214**

NOTA 13 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui transações com partes relacionadas, cujas informações mais detalhadas podem ser observadas na Nota 14 – Transações com partes relacionadas das demonstrações contábeis de 31.12.2017. As principais transações são compra e venda de energia e serviços administrativos. Não houve outra alteração significativa nestas transações no 1° trimestre de 2018.

NOTA 14 – EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Registro na CVM

Em 27.04.2018, a Companhia teve deferido seu registro de emissor de que trata a Instrução CVM n° 480/09, na categoria "b".

b) Oferta pública de distribuição de debêntures

Em 11.05.2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da oferta pública de distribuição da 1ª emissão de debêntures simples em duas sérias, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM n° 476/09, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com valor nominal de R$ 1, perfazendo o montante total de R$ 1.117.000. Os recursos líquidos a serem captados serão destinados ao refinanciamento do endividamento da Companhia.

As principais características da emissão são:

[1] Programa de Integração Social.
[2] Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

			Condições de Pagamento		
	Quantidade	Remuneração	Encargos	Principal	Garantia
1ª Emissão - Série 1	483.000	%[3] a.a. sobre Δ Taxa DI	Semestralmente a partir de 12.2018	9 parcelas semestrais a partir de 06.2019	Garantia real
1ª Emissão - Série 2	634.000	IPCA + Juros prefixados[4]	Semestralmente a partir de 12.2018	15 parcelas semestrais a partir de 06.2020	Garantia real

[3] O percentual que incidirá sobre a variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI será definido no Procedimento de *Bookbuilding* e está limitado à taxa máxima de 109%.

[4] Os juros remuneratórios prefixados serão definidos no Procedimento de *Bookbuilding* e corresponderá a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais, com vencimento em 15.08.2026, acrescida exponencialmente de um *spread* máximo equivalente a 1% a.a.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Presidente

Carlos Henrique Boquimpani de Freitas
Conselheiro

José Luiz Jansson Laydner
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor-Presidente

Marcelo Cardoso Malta
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Artur Roberto Frota Ellwanger
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Guilherme Azevedo da Silva
Contador - CRC SC 041535/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Companhia Energética Jaguara

Florianópolis - SC

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Companhia Energética Jaguara (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às informações financeiras intermediárias, que indica que a Companhia foi constituída em 9 de outubro de 2017 e, portanto, não há informações comparativas na “Demonstração do Resultado”, “Demonstração do Resultado Abrangente”, “Demonstração do Fluxo de Caixa”, “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido” e “Demonstração do Valor Adicionado”. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e como informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo IASB, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Joinville, 15 de maio de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” SC

Fernando de Souza Leite

Contador

CRC nº 1 PR 050422/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Informações Trimestrais da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referenciadas no Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

José Luiz Jansson Laydner

Diretor-Presidente

Marcelo Cardoso Malta

Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Artur Roberto Frota Ellwanger

Diretor Técnico-Operacional

Florianópolis, 15 de maio de 2018.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Informações Trimestrais da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referenciadas no Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

José Luiz Jansson Laydner

Diretor-Presidente

Marcelo Cardoso Malta

Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Artur Roberto Frota Ellwanger

Diretor Técnico-Operacional

Florianópolis, 15 de maio de 2018.